

Trabalhador poderá ter quarenta horas semanais

Os deputados e senadores da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos incluiram no anteprojeto aprovado ontem na Assembleia Constituinte conquistas que os trabalhadores não conseguiram alcançar em longas batalhas sindicais. A estabilidade no emprego, a semana de 40 horas e o direito de greve são garantidos no anteprojeto, que para entrar em vigor ainda precisa ser aprovado pela Comissão da Ordem Social, pela Comissão de Sistematização e pelo plenário da Constituinte.

A estabilidade no emprego, antiga bandeira dos sindicatos, passaria a existir desde a admissão do funcionário na empresa, a não ser que ele cometesse "falta grave comprovada judicialmente", tivesse contrato por tempo determinado — não superior a dois anos — ou estivesse por menos de 90 dias no seu emprego. Além da estabilidade, o trabalhador continuaria contando com o fundo de garantia.

A jornada de trabalho diária estabelecida pelo anteprojeto não pode exceder a oito horas, com intervalo para repouso e alimentação. A jornada semanal é de, no máximo, 40 horas. Segundo o texto aprovado pela subcomissão, os trabalhadores



têm direito a férias anuais de pelo menos 30 dias, com pagamento igual ao dobro da remuneração mensal, e as gestantes contam com licença de 120 dias. O anteprojeto assegura o direito de greve, e proíbe as autoridades públicas, inclusive judiciais, de intervir no sentido de limitar esse direito. Proíbe o locaute, a paralisação dos empresários. Permite a organização dos funcionários em seu local de trabalho.

O salário mínimo, de acordo com o texto da subcomissão, será fixado pelo Congresso Nacional, que levará em conta as despesas necessárias com alimentação, moradia, vestuário, higiene, transporte, educação, lazer, saúde e segurança. Os empregados terão participação direta nos lucros das empresas e reajustes mensais de salários.

O seguro desemprego é mantido no anteprojeto, sempre igual ou maior a um salário mínimo. As donas-de-casa passam a contribuir para a Previdência, ganhando o direito a aposentadoria. O emprego público, por sua vez, só será conquistado através de concurso público, com exceção apenas para as chefias de gabinete e cargos de assessores da autoridade máxima do órgão governamental.



Josemar Gonçalves

Subcomissão do Poder Legislativo volta a se reunir hoje

Constituinte vive clima de definição

A Assembleia Nacional Constituinte começou anteontem a viver o clima de votação, com salas cheias e os parlamentares ficando o fim de semana em Brasília. Uma movimentação que vai continuar hoje, quando várias das subcomissões estarão votando os anteprojetos e as emendas apresentadas.

As subcomissões dos Municípios e das Regiões; Tributos e Participação e Distribuição de Receitas; Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais; Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias; Orçamento e Fiscalização Financeira; Poder Legislativo; Defesa do Estado, da Sociedade e sua Segurança; Saúde, Segurança e Meio Ambiente; Ciências, Tecnologia e da Comunicação, voltaram no dia

de ontem, algumas com reuniões iniciadas na manhã e outras com reuniões previstas para a tarde. Mesmo estas, podem ter ampliação dos trabalhos para o fim de semana, pois, possivelmente, o tempo será curto para a apreciação de todas as emendas e destaques.

Já as subcomissões dos Estados; Direitos e Garantias Individuais; Poder Judiciário e Ministério Público; Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária, tem votação marcada para hoje com inicio previsto para as 9 horas.

A Subcomissão do Sistema Eleitoral e a dos Deficientes Físicos, Negros e Minorias, somente na segunda-feira estarão realizando as suas votações.

Prazo termina no domingo

Todas as subcomissões temáticas da Constituinte têm prazo até este domingo para a conclusão e votação dos pareceres dos respectivos relatores, e ainda das emendas eventualmente apresentadas depois que os pareceres foram lidos.

Pelo menos oito subcomissões vão estar reunidas neste sábado, e algumas delas também no domingo, tentando encerrar os seus trabalhos. Em duas das 24 subcomissões estão ocorrendo problemas para a votação e aprovação dos pareceres: a do Poder Executivo e a da Reforma Agrária. Se algum parecer não for votado a tempo, automaticamente subirá para a respectiva Comissão Temática, que então se pronunciará sobre ele.

Aprovados ou não, os pareceres subirão para as respectivas comissões temáticas na segunda-feira. Cada comissão se encarrega de analisar e compatibilizar o trabalho de três subcomissões. São, portanto, oito comissões temáticas. Elas vão ter um prazo de 22 dias para fazer esse trabalho, que deverá estar pronto no dia 15 de junho. O resultado serão oito pareceres ou anteprojetos, que serão encaminhados em seguida à Comissão de Sistematização da

Constituinte.

As subcomissões que trabalham neste fim-de-semana são as seguintes: Direitos e Garantias Individuais; da União, Distrito Federal e Territórios; dos Estados; do Poder Executivo; do Poder Judiciário; do Sistema Financeiro; de Princípios Gerais, e da Política Agrícola e Reforma Agrária.

Concluído o seu trabalho, as subcomissões temáticas deixarão de existir, depois de 45 dias de atividade. Nesse período, a Constituinte viveu um período de mobilização bastante intenso. Recebeu 9.476 sugestões e propostas, das quais foram tiradas pelo menos 9 milhões de cópias. A subcomissão que mais recebeu propostas foi a dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos: mais de 700. Além delas, a subcomissão recebeu 466 propostas de constituintes.

No decorrer dos trabalhos das subcomissões, elas receberam nada menos do que 5.382 emendas, com o objetivo de modificar o trabalho dos relatores. Só as três subcomissões que tratam dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) receberam 1.058 emendas. A que menos recebeu foi a Subcomissão de Garantias da Constituição: 55.